MEDIA MONITOR GRUPO MARKTEST

Data : 2011/03/22 JORNAL DE NEGOCIOS - PRINCIPAL
Título : Novo PEC corta mais custos com salários
Tema : Vieira de Almeida & Associados
Periodicidade : Diaria Âmbito : Nacional
Temática : Gestão/Economia/Negócios Imagem : 1/8

Pág. : 1
GRP : 1.9
Inv. : 38310.00
Tiragem : 17622
Área : 585595 mm2

Novo PEC corta mais custos com salários

- Documento revê em baixa previsão de crescimento e admite recessão
- Incentivos fiscais à compra de casa vão ser eliminados
- Governo prepara corte nos serviços de transporte para obter poupanças
- CP precisa de 750 milhões de euros e não consegue ir ao mercado
- Partidos já estão a preparar-se para eleições legislativas antecipadas

Fim dos benefícios fiscais à compra de casa, extinção de 991 cargos de chefia no Estado, cortes de serviços nos transportes públicos, incentivos à poupança para quem recebe rendimentos dos cofres públicos. Estas são algumas das medidas previstas no programa de estabilidade e crescimento (PEC) que o Governo entregou ontem na Assembleia da República. Depois de ter previsto um crescimento de 0,2% para este ano no Orçamento do Estado para 2011, o Governo reconhece, agora, que a economia vai sofrer uma contracção de 0,9%. **1ª Linha 4 a 10 e Editorial**

MEDIA MONITOR GRUPO MARKTEST
Data : 2011/03/22 JORNAL DE NEGOCIOS - PRINCIPAL
Título : Novo PEC corta mais custos com salários
Tema : Vieira de Almeida & Associados
Periodicidade : Diaria Âmbito : Nacional
Temática : Gestão/Economia/Negócios Imagem : 2/8
Pág. : 4

CRISE TOTAL

Partidos preparam-se para eleições

Forças da oposição fecham a porta à negociação do PEC IV e já falam abertamente numa ida antecipada às urnas. José Sócrates pode cair já amanhã, iniciando um período de vazio governativo até ao final do primeiro semestre

ANTÓNIO LARGUESA* alarguesa@negocios.pt

Sem margem para negociações e com um discurso já quase integralmente virado para a campanha eleitoral. Após serem recebidos em São Bento pelo primeiro-ministro, um a um, todos os partidos da oposição rejeitaram ontem a hipótese de um entendimento para a viabilização "política" do quarto pacote de austeridade apresentado pelo Executivo em menos de um ano.

Juntando a intransigência da oposição àquela repetida ontem pelo Governo de apresentar mesmo a demissão em caso de chumbo das medidas, a queda do governo minoritário de José Sócrates poderá concretizar-se já amanhã, apenas ano e meio após iniciar funções. Com o chumbo "político" das medidas no Parlamento, confirma-se a abertura de uma crise política que deixaria o País exposto a um vazio governativo até ao final de Junho. Três meses "delicados" para Portugal, inclusive ao nível do calendário financeiro.

Conforme anunciara no final do Conselho de Ministros extraordinário no domingo, o Governo entregou ontem, ao final da tarde, no Parlamento, o documento integral com as medidas que apresentara à Comissão Europeia e ao BCE como definitivas. No essencial, a nova versão pouco difere daquilo que tinha sido antes anunciado pelo Governo (ver pág. 6 e 7). Esta formalização permitiu também a Jaime Gama convocar uma conferência de líderes extraordinária para hoje às 10h, na qual será agendada para amanhã a discussão e votação dos projectos de resolução a apresentar (e chumbar) pela oposição. O momento da votação deverá precipitar a queda do Governo.

Passos perspectiva ida às urnas

Indiferentes à promessa de abertura negocial do Executivo, os partidos da oposição não esperaram pela versão definitiva do PEC para confirmarem de "viva voz" que a porta para um entendimento com o Governo em torno destas medidas está totalmente fechada. Em plena residência oficial e na sequência da reunião com o primeiro-ministro.

O líder do PSD, parceiro do Governo nos anteriores pacotes, resumiu não haver "condições de con-

Hugo Correia/Reuters

Líderes distantes | Passos Coelho assumiu ontem que não há "condições de confiança" para o PSD negociar o PEC IV com José Sócrates.

fiança" para negociar com os socialistas. E numa referência directa à provável precipitação de eleições antecipadas, Passos Coelho assegurou que "da clarificação desta crise pode sair um futuro governo mais forte do que este".

Os social-democratas emitiram mesmo um comunicado em inglês a explicar por que votarão contra e em que dão como certa a emergência de um novo contexto político. Explicitam as vantagens do País passar a ser governado por uma "grande coligação para a mudança" que melhorará "a forma como actualmente os mercados percepcionam o risco de Portugal". Uma mensagem para ser lida pelos mercados e pelos líderes europeus, que se reúnem no final desta semana em Bruxelas para lançar uma "estratégia abrangente" de defesa do euro (ver pág. 10).

Governo faz "mea-culpa" e admite eleições e...FMI

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, lamentou ontem que o Governo tenha apresentado as medidas sem uma discussão prévia nacional, mas defende que isso não foi por "má fé" mas sim por circunstâncias novas.

Já os ministros dos Assuntos Parlamentares e das Finanças reforçaram a tese de dramatização. Jorge Lacão assumiu que com o chumbo do PEC o Governo "não tem condições para exercer as suas responsabilidades" e Teixeira dos Santos frisou que a crise política será "um grande empurrão para que o País caia nos braços da ajuda externa". * Com **EG**

> [Demissão do Governo] é infelizmente uma possibilidade que não se pode afastar.
>
> **JORGE LACÃO**
> Ministro Assuntos Parlamentares

Decisões de um governo de gestão dependem de Cavaco

Com o cenário de uma demissão do Executivo e convocação de eleições cada vez mais perto, coloca-se a questão de saber que decisões pode tomar um Governo em gestão corrente, até que o seu sucessor tome posse. Num país em situação difícil, é possível que tenham de ser tomadas medidas que normalmente não seriam consideradas de gestão corrente, mas, nesse caso, caberá ao Presidente da República decidir se as mesmas podem avançar ou se contrariam a Lei fundamental, pedindo a fiscalização pelo Tribunal Constitucional, diz o especialistas Rodrigo Esteves de Oliveira. A Constituição da República é vaga, referindo apenas que, nestas condições, o Executivo "limitar-se-á à prática dos actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos". Resta saber o que decidirá Cavaco, que terá sempre de fazer uma avaliação caso a caso.

REACÇÕES

ESCALADA NA "TENSÃO DISCURSIVA" ANTECIPA IMPASSE

> Uma crise política é de facto um grande empurrão para que o País caia nos braços da ajuda externa.
>
> **TEIXEIRA DOS SANTOS**
> Ministro das Finanças

> Da clarificação desta crise pode sair um futuro Governo mais forte do que este.
>
> **PEDRO PASSOS COELHO**
> Presidente do PSD

> O País precisa de virar a página, de romper com a actual política económica.
>
> **FRANCISCO LOUÇÃ**
> Coordenador do Bloco de Esquerda

> O PCP não aceita que o povo seja mais uma vez vitimado com medidas extremamente dolorosas.
>
> **JERÓNIMO DE SOUSA**
> Secretário-geral do PCP

> Primeiro-ministro foi claro ao dizer que se houver uma recusa do PEC não tem condições para estar à frente do Governo.
>
> **FRANCISCO MADEIRA LOPES**
> Dirigente d'Os Verdes

MEDIA MONITOR GRUPO MARKTEST

Data : 2011/03/22 JORNAL DE NEGOCIOS - PRINCIPAL
Título : Novo PEC corta mais custos com salários
Tema : Vieira de Almeida & Associados
Periodicidade : Diaria Âmbito : Nacional
Temática : Gestão/Economia/Negócios Imagem : 4/8

Pág. : 6

Crise total

Governo recua nas rendas mas corta benefícios fiscais na compra de casa

Na proposta final de revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), o Governo pôs fim ao mistério da "liberalização do controlo de rendas", que alimentou expectativas de um descongelamento acelerado das rendas anteriores a 1990. Porém, propõe outra medida de grande impacto na área da habitação: fim dos benefícios fiscais para os novos créditos à habitação. Nos transportes, o Executivo assume um corte na prestação de serviços. Em

1 RENDAS LIBERALIZAÇÃO PELO CAMINHO

Depois de, no esboço inicial do PEC, ter prometido uma "liberalização do controlo das rendas", a versão ontem entregue no Parlamento deixa cair esta referência. O Governo não faz qualquer referência às rendas antigas, anteriores a 1990, que, assim, não deverão ser alvo de quaisquer alterações legislativas no sentido da sua liberalização.
As restantes medidas anunciadas, como a simplificação dos procedimentos de execução das operações urbanísticas de reabilitação dos edifícios e a da dinamização do mercado do arrendamento e da oferta de imóveis para serem arrendados, mantêm-se. O documento, que está sob ameaça de chumbo na Assembleia da República, prevê ainda que o novo procedimento de despejo passará a fazer-se em três meses, sem passar pelos tribunais.

Rendas anteriores a 1990 mantêm-se congeladas. Promessa fica pelo caminho.

2 ESTADO 991 CHEFIAS DESAPARECEM

O Governo já tinha anunciado a intenção de reestruturar os serviços da Administração Central, mas ainda não tinha contabilizado o seu impacto. Na proposta de PEC, explica-se que serão eliminadas 991 chefias, o equivalente a 15% dos cargos dirigentes.
A "supressão" destes 991 cargos dirigentes superiores, intermédios ou equiparados será feita através da "extinção, fusão ou externalização" de estruturas administrativas da administração central, explica o Governo. Esta meta acresce à redução de 25% de chefias conseguida com o PRACE, mas poderá corresponder, nalguns casos, à extinção de cargos que já não estão ocupados, como acontecerá, por exemplo, na Segurança Social. A medida é análoga à que foi determinada para as empresas públicas.

O Estado vai voltar a emagrecer: 15% das chefias vão ser cortadas.

3 HABITAÇÃO BENEFÍCIOS FISCAIS CAEM

Os proprietários que, no futuro, contraiam créditos à habitação não poderão deduzir os juros e amortizações no seu IRS. A proposta é do Governo, e, a avançar, aplica-se apenas a futuros créditos, deixando de fora os que já estão contratados. Para estes, contudo, também haverá limites, previstos na versão inicial de revisão do PEC: serão introduzidos tectos máximos ao abatimento de despesas com a saúde, educação e crédito à habitação, que limitarão muito o aproveitamento de benefícios fiscais por parte dos contribuintes com rendimentos colectáveis entre o terceiro e o sexto escalão de rendimentos (de 7.410 a 66.045 euros). A nível fiscal, pretende-se ainda racionalizar as taxas de IVA, mudando produtos de escalão, o que significa o encarecimento de alguns bens e serviços.

Futuros proprietários perdem direito a deduzir despesas com crédito à habitação.

4 TRANSPORTES CORTES NOS SERVIÇOS

O sector dos transportes é alvo de várias medidas com o objectivo de cortar custos, sendo que uma das mais notórias é o corte de serviços, que ainda não tinha sido assumido pelo Executivo, bem como a "racionalização da governação das empresas públicas do sector dos transportes, objectivando a redução de custos operacionais e uma maior racionalidade na oferta de serviços". Paralelamente, vai haver uma reestruturação da CP Carga, antes da privatização da empresa, e o Governo quer avançar com a gestão conjunta do Metropolitano de Lisboa e da Carris, e da STCP e do Metro do Porto, com o objectivo de atingir uma maior coordenação e redução de custos. A Refer irá levar a cabo um processo de racionalização que passa por identificar as linhas ou troços susceptíveis de desclassificação, ou seja, passíveis de desactivação.

Governo quer gestão conjunta dos metros e das transportadoras rodoviárias públicas.

OUTRAS MEDIDAS

BANCA TEM 9 MESES PARA TER "CORE TIER ONE" DE 8%
Os bancos têm nove meses para atingirem um rácio de capital "core tier one" de 8%, ou seja, têm de alcançar esta meta até ao final do ano, de acordo com a intenção expressa no PEC. Até ao final de Maio, as instituições financeiras têm de entregar uma versão preliminar dos planos de reorganização individual.

SUPERVISÃO SOBRE QUEM VENDE CRÉDITO
O Governo quer alargar a supervisão financeira do Banco de Portugal aos mediadores do crédito que "vendem", entre outras soluções, empréstimos para a compra de automóvel e nas grandes lojas de retalho.

ERSE TERÁ PODERES DE SANÇÃO
O Governo assume, no texto do PEC, que "a atribuição de poderes de sanção ao regulador" será uma das alterações que serão introduzidas no âmbito da transposição das directivas do Terceiro Pacote de Energia. Isso permitirá à ERSE fiscalizar, com maior capacidade de acção, os operadores do mercado energético.

CONGELAMENTO DE ADMISSÕES NO ESTADO
A proibição de novas contratações vai garantir uma poupança de 0,2% do PIB.

ESTAGIÁRIOS GARANTEM 30 MILHÕES
Os descontos de estagiários para a Segurança Social vão garantir uma receita de 30 milhões de euros.

MAIS FISCALIZAÇÃO NA SEGURANÇA SOCIAL
As pessoas que reincidem em baixas médicas

termos gerais, mantêm-se as linhas principais da proposta inicial, que a oposição já disse que vai chumbar.

5 POUPANÇA SALÁRIOS PAGOS EM PRODUTOS

De forma a incentivar o aforro, o Executivo pretende criar o "Plano de Auto-poupança Individual" para quem recebe um rendimento do Estado. Através deste mecanismo, uma parte do salário, das pensões ou dos subsídios seria transferida de forma automática para uma solução de aforro.
A adesão é voluntária. E é o aforrador que escolhe o produto de poupança onde quer aplicar o seu rendimento. O Governo não esclarece que produtos serão elegíveis e remete para o futuro a definição das suas características. Mas espera que esta oferta estimule a concorrência e promova uma subida dos juros oferecidos.
O aumento da poupança interna é uma das "reformas estruturais" que o Executivo leva a Bruxelas, que passa ainda por promover a literacia financeira e incentivar a disciplina orçamental das famílias.

A adesão é voluntária e o aforrador é que escolhe o produto de poupança automática.

serão fiscalizadas. A Segurança Social vai controlar semestralmente as prestações e averiguar prestações avultadas.

POUPANÇAS COM A ADSE
A prometida reforma da ADSE ainda não saiu do papel, mas o Governo garante que as implementará nos próximos tempos: os cortes devem "prosseguir" em 2012.

PEC IV promete cortar até mais 900 milhões de euros em salários

Factura com Administração Pública cai sem justificação nas medidas apresentadas. Mas gastos com subsídios e ajudas ao investimento de empresas aumentam na mesma medida

PEDRO ROMANO
promano@negocios.pt

O PEC IV promete cortar entre 700 e 900 milhões de euros em salários da função pública face àquilo que tinha sido anunciado no Orçamento do Estado (OE) de 2011. A "tesourada" adicional surge no documento sem que haja medidas de consolidação que justifiquem esta nova meta.

O intervalo calculado para a dimensão do corte justifica-se pelo facto de não ser completamente claro o valor das despesas com pessoal que o Governo espera para 2011. O PEC apenas tem os gastos em percentagem do PIB, sendo que não se avança um valor para o Produto, pelo que os cálculos serão sempre aproximados. O **Negócios** utilizou, nos seus cálculos, a previsão da Comissão Europeia – com quem as medidas foram acordadas – e informação gráfica do documento.

As prestações sociais também sofrem um corte face ao OE para 2011 que pode ir até aos 1.000 milhões de euros. Isto apesar de o desemprego ser revisto em alta para os 11,2%, mais 0,4 pontos percentuais do que aquilo que era admitido no Orçamento.

As poupanças adicionais face ao que era a previsão oficial de há cinco meses, quando o OE deu entrada no Parlamento, não vão conduzir a um défice significativamente menor em euros. De facto, o desequilíbrio orçamental mantém-se nos 4,6% do PIB que então tinham sido anunciados.

A resposta para esta aparente incongruência reside na subida da despesa inscrita em três rubricas, que aumentam, no seu conjunto, em cerca de 1.000 milhões de euro: outras despesa de capital, subsídios e outras despesas correntes.

A rubrica de "outras despesas correntes" é demasiado genérica para que seja possível perceber a origem da revisão em alta dos gastos. Mas os subsídios e outras despesas de capital são habitualmente transferências de dinheiro que permitem financiar a exploração ou investimento de empresas. As empresas públicas mais deficitárias absorvem grande parte dos montantes inscritos nestas rubricas de despesa.

O novo PEC também traz novidades no campo da factura dos juros, que será menor do que se esperava em Outubro: ao todo é uma poupança de 150 milhões de euros, muito embora as "yields" da dívida pública até tenham subido bastante desde essa altura. A receita de impostos também cai.

Finalmente, é revelado o objectivo de caminhar para um saldo orçamental nulo (o chamado "défice zero"). A medida, que já consta da revisão da Lei de Enquadramento Orçamental em discussão no parlamento.

DUAS DÚVIDAS

De onde vem este crescimento dos gastos? O PEC aponta para três rubricas: outras despesas correntes, subsídios e despesas de capital.

No lado da despesa, os gastos com pessoal são os que levantam mais dúvidas. Em cinco meses, entre 600 e 700 milhões "evaporam-se", mesmo não havendo nenhuma nova medida que justifique um controlo de despesa desta magnitude.

Juros da dívida acima de 6,5% até 2014

Os juros da dívida nacional estão elevados. E vão manter-se assim, pelo menos até 2014, de acordo com as previsões do Governo, reveladas na actualização do Plano Estabilidade e Crescimento (PEC). A taxa das obrigações do Tesouro deverão ficar, nos próximos três anos, acima de 6,5%.

Este ano, o juro deverá situar-se, em média, nos 6,8%. No mercado, a taxa está, actualmente, em 7,361%, e já não baixa a fasquia dos 7% desde o início de Março: um reflexo de que os investidores têm crescentes dúvidas sobre a capacidade de Portugal pagar a sua dívida sem auxílio externo.

A tendência será de subida da taxa média exigida pelos investidores para financiarem a dívida de longo prazo do Estado. "Face à volatilidade e incerteza existentes no mercado de dívida soberana, não é de excluir que os prémios de risco se mantenham elevados", diz o Governo.

Em 2012, a projecção do Governo é de que o juro médio suba ainda mais, para 6,9%, descendo ligeiramente para 6,8% em 2013 e para 6,5% em 2014. "Atendendo às necessidades de financiamento da economia portuguesa, representará um elevado custo adicional", sublinha o Executivo.

O custo da dívida é um dos factores tidos em conta na actualização do cenário macroeconómico do PEC. O Governo reviu em baixa as projecções para a economia portuguesa, antecipando agora uma contracção do PIB em 0,9%, este ano. No Orçamento do Estado previa um crescimento de 0,2%.

Esta nova estimativa considera ainda a recente evolução dos preços do petróleo nos mercados internacionais. A escalada das cotações levou o Executivo a elevar em 36% o preço médio estimado, para 107,2 dólares, de 78,80 dólares por barril. Para 2012, a previsão é de 108 dólares.

No próximo ano, e apesar do impacto negativo que a subida das cotações matéria-prima tem na economia, o Governo estima uma recuperação, com um crescimento de 0,3% do PIB. Para 2013 o Executivo estima um crescimento de 0,7% e de 1,3% em 2014. **PM**

MEDIA MONITOR GRUPO MARKTEST

Data : 2011/03/22 JORNAL DE NEGOCIOS - PRINCIPAL
Título : Novo PEC corta mais custos com salários
Tema : Vieira de Almeida & Associados
Periodicidade : Diaria Âmbito : Nacional
Temática : Gestão/Economia/Negócios Imagem : 6/8

Pág. : 8

Crise total

CP precisa de 750 milhões de euros e tem o mercado financeiro fechado

DÍVIDA DE CP E REFER É SUPERIOR A NOVE MIL MILHÕES

Transportadora não está a conseguir financiar-se no mercado financeiro. Descida do "rating" piora situação e cria factura adicional de 120 milhões

As necessidades de financiamento da CP vão agravar-se ainda mais. Além dos 630 milhões de euros que precisava durante este ano, a CP tem de obter mais 120 milhões de euros nos próximos quatro meses, para liquidar antecipadamente um empréstimo que fez no mercado de capitais internacional.

A amortização desta dívida deveria ocorrer em 2021, mas segundo sabe o **Negócios**, com a descida de "rating" da empresa a CP vai ter de amortizar antecipadamente esse empréstimo. Isto porque quando foi contraído, as condições seriam mantidas até um determinado "rating" e abaixo dele o financiador poderia requerer o direito de amortização imediata. E esse nível de "rating" chegou. Em Março, a Standard & Poor's (S&P) desceu a notação da CP para BB, o que significa abaixo do grau de investimento. Contactada, a CP não quis comentar.

Segundo um documento interno da CP a que o **Negócios** teve acesso, a empresa tem necessidades de financiamento totais para 2011 que atingem os 633 milhões de euros, não constando ainda aqui os 120 milhões. Em amortização de dívida a CP tem previsto pagar 397 milhões. A estas duas tranches ainda se somam os juros pela elevada dívida, estimados em 180 milhões, as necessidades de investimento, as rescisões e outros gastos. No total, as necessidades de financiamento superam os 750 milhões de euros.

E isto acontece numa situação em que a empresa não está a conseguir ir ao mercado financiar-se. Por isso, poderá estar numa situação de iminente quebra de tesouraria, o que poderia pôr em questão o pagamento a fornecedores (como a Refer) e salários. Mas a empresa diz que "não tem tido dificuldade em pagar as suas dívidas a fornecedores, pelo que qualquer especulação a este respeito é totalmente falsa".

A CP não refere a questão dos salários, mas numa outra resposta datada de 22 de Fevereiro, sobre os problemas de financiamento da empresa, dizia que "tem receitas próprias que, se não ocorrerem perturbações de funcionamento, permitem suportar as despesas correntes, nomeadamente salários". Recorde-se que a empresa está a passar por um período de paralisações e greves devido a uma guerra interna entre os trabalhadores e a administração, sobretudo atribuída aos cortes que foram impostos pelo Estado às empresas públicas de 15% nos custos operacionais. Muitos comboios estão a ser suprimidos.

Em Fevereiro, a transportadora disse ainda que "a crise financeira afecta a forma de financiamento da CP, nomeadamente em custo". No que diz respeito ao curto prazo, diz ter "financiamento contratado, sobre o qual, salvo se se registar incumprimento dos financiadores, não prevemos problemas".

Depois destas declarações, a S&P desceu os "ratings" da CP e da Refer para BB, o que significa que deixaram de estar no grau de investimento, o que dispara os níveis de risco de incumprimento. Segundo fonte do sector, BB tem uma taxa de risco de incumprimento de 15%. Para este especialista em notações financeiras, estas duas empresas estão, até, com níveis de classificação acima do que teriam se não fossem empresas públicas. A República acaba por sustentar um pouco os seus "ratings". Mas o mercado percepciona esses aspectos e, por isso, não está a financiá-las. Ou seja, na realidade está a atribuir-lhes um "rating" menor.

Outro caso mais complicado é o da Refer, que terá cerca de 830 milhões de euros de dívida vencida este ano. A empresa também não consegue financiar-se nos mercados e, à imagem do que acontece no resto das empresas públicas de transportes, não recebe indemnizações compensatórias suficientes para fazer face às despesas. Com base nos valores de 2009 (último relatório público), os proveitos com a taxa de utilização da rede não chegam para cobrir os custos com pessoal. E a CP é a maior contribuinte para esta taxa de utilização. Ora, ficando com dificuldades de tesouraria, os pagamentos devidos à Refer podem ficar comprometidos. **AN/AM**

> A CP disse em Fevereiro que estaria em condições de pagar salários desde que não houvesse "perturbações".

> A queda do "rating" fez com que estas empresas deixassem de ter acesso a financiamento.

633

A CP tem necessidades de financiamento assumidas para este ano que atingem os 633 milhões de euros.

830

A Refer tem um total de cerca de 830 milhões de euros de dívida para amortizar só em 2011.

Vicente Pereira ainda não foi substituído

O antigo vice-presidente da Refer e responsável pela área financeira, Alfredo Vicente Pereira, ainda não foi substituído, depois de ter saído, em meados de 2010, para a vice-presidência da CP. Neste momento, a Refer mantém-se com quatro administradores, sendo que nenhum deles tem currículo na área financeira. A empresa viu a sua administração ser reconduzida no ano passado, continuando a ser liderada por Luís Pardal. Já a CP foi alvo de algumas mudanças, passando pela mudança de presidente. Cardoso dos Reis, que estava à frente dos destinos da empresa há alguns anos, é agora presidente do Metropolitano de Lisboa, tendo sido substituído por José Benoliel, que é quadro da CP já há algum tempo. O novo presidente, mais "low profile" do que o seu antecessor, ficou a braços com uma situação complicada, numa empresa com uma estrutura pesada e um historial de défices acumulados e de direitos adquiridos que são difíceis de contrariar, mesmo tendo indicações da tutela para cortar custos.

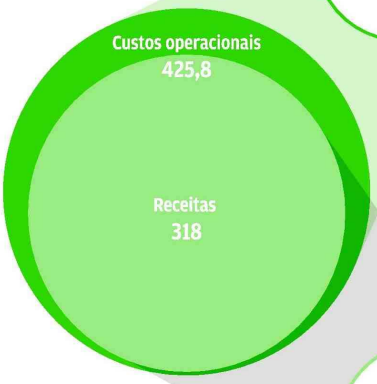
A CP e a Refer são duas das empresas mais problemáticas do sector público. Têm níveis de endividamento elevados. Só estas companhias tinham, no final do ano, um endividamento de sete mil milhões de euros. E ambas têm um problema em mãos. Não conseguem ir ao mercado, mas têm todos os anos de procurar no exterior financiamento para os défices de operação. Além dos juros elevados: em 2009, a CP pagou 127 milhões e a Refer 154 milhões.

RECEITAS NÃO CHEGAM PARA COBRIR CUSTOS DA OPERAÇÃO

PROVEITOS INCORPORAM SUBSÍDIOS

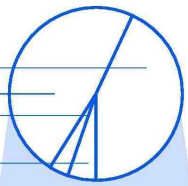
Tanto a CP como a Refer não têm receitas suficientes para cobrir os custos com a actividade. As receitas da CP, em 2009, davam para cobrir 75%. No caso da Refer cobriam em 55% os custos. E em ambas estão os subsídios à operação.

Custos com pessoal	135,48
FSE	138,78
Custo mercadores vendidas	11,15
Amortizações, impostos, provisões e outros	140,46



Prestações de serviços	263,6
Outros proveitos	18,0
Subsídios à exploração	36,63

Custos com pessoal	96,8
FSE	108,4
Custo mercadores vendidas	8,3
Amortizações, impostos, provisões e outros	11,3

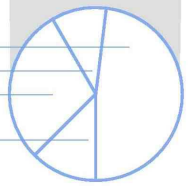


REFER PAGA MAIS AO PESSOAL DO QUE O QUE RECEBE PELA UTILIZAÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA

CUSTOS COM PESSOAL ATINGE 96,8 MILHÕES

Na Refer, o valor que anualmente a empresa gasta com o pessoal é quase o dobro do que o que recebe pela utilização da rede ferroviária. E se somarmos todas as receitas, excluindo os subsídios, também essas não chegam para pagar ao pessoal.

Taxa de utilização	59
Outras prestações de serviços	12,6
Subsídios à exploração	36,1
Outros rendimentos em outras actividades	15



3.300

A CP tem 3.300 trabalhadores

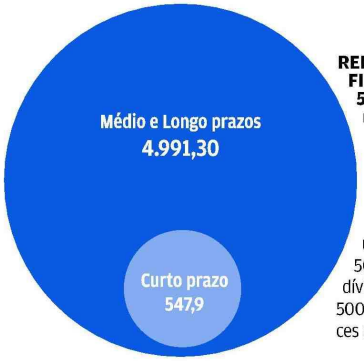
3.497

A Refer tinha 3.497 trabalhadores em 2009

ESFORÇO DA CP DE CURTO PRAZO E DE CERCA DE 700 MILHÕES

SÓ EM DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Segundo o relatório da CP de 2009, a dívida de curto prazo da empresa de transportes ferroviários corresponde a cerca de 20% do endividamento. No entanto, é um esforço de cerca de 700 milhões. E que vai piorar por causa do "rating" da empresa.



REFER NÃO CONSEGUIU FINANCIAMENTO DE 500 MILHÕES JÁ ESTE ANO

DÍVIDA DE CURTO PRAZO EM 2009

Em 2009, a Refer diminuiu a sua dívida de curto prazo, passando, parte dela, para longo prazo. No entanto, este ano não conseguiu um empréstimo para refinanciar 500 milhões de euros. Em 2009, a dívida de curto prazo era superior a 500 milhões. E tem de se somar défices de exploração e juros a pagar.

CAPITAIS PRÓPRIOS NEGATIVOS DA CP ATINGIRAM 2,2 MIL MILHÕES DE EUROS EM 2009

ACTIVOS INSUFICIENTES

Em 2009, os capitais próprios negativos da CP atingiram os 2,2 mil milhões de euros. Só em resultados transitados acumulados negativos estavam inscritos mais de quatro mil milhões de euros. E em 2009 a CP teve perdas de 217 milhões de euros.

CAPITAIS PRÓPRIOS NEGATIVOS DA REFER ATINGIRAM 1,3 MIL MILHÕES EM 2009

SITUAÇÃO AGRAVADA EM 2010

Em 2009, só em resultados acumulados transitados o valor atingia os 1,46 mil milhões de euros. E nesse ano os prejuízos atingiram 112,7 milhões de euros. Por outro lado, os activos cobriam apenas 34% dos passivos.

Unidade: Milhões de euros
Fonte: Relatórios e contas das empresas de 2009

MEDIA MONITOR GRUPO MARKTEST

Data : 2011/03/22 JORNAL DE NEGOCIOS - PRINCIPAL
Título : Novo PEC corta mais custos com salários
Tema : Vieira de Almeida & Associados
Periodicidade : Diaria Âmbito : Nacional
Temática : Gestão/Economia/Negócios Imagem : 8/8

Pág. : 10

Crise total

Portugal ameaça ensombrar cimeira de "salvação" do euro

Jock Fistick/Bloomberg

Abraço de despedida? | Jean-Claude Juncker, presidente do Eurogrupo, pode estar a despedir-se de Teixeira dos Santos, mas avisa que compromissos assumidos pelo actual Governo terão de ser mantidos.

O risco de Portugal chegar quinta-feira sem Governo à cimeira de "todas as decisões" está a deixar a Europa à beira de um novo ataque de nervos

EVA GASPAR
egaspar@negocios.pt

Com este ou com outro Governo, Portugal "não pode afastar-se dos compromissos assumidos". O aviso foi ontem deixado por Jean-Claude Juncker, o presidente do Eurogrupo, depois de ter sido confrontado com a probabilidade de José Sócrates chegar demissionário à cimeira desta quinta e sexta-feira, onde a Europa conta dar uma "resposta abrangente" para travar a crise do euro. Resposta que promete sair fragilizada se, desde logo, o país que diz querer evitar o destino da Grécia e da Irlanda se apresentar no encontro com uma crise política a somar à financeira e à económica.

"É evidente que há compromissos que foram assumidos por Portugal e não podemos afastar-nos de compromissos assumidos", insistiu Juncker, lembrando a promessa de reduzir o défice de 4,6% no final deste ano para 3% em 2012 e 2% em 2013. Juncker frisou ainda que as medidas do novo Programa de Estabilidade e Crescimento, ontem entregue no Parlamento, já foram "anunciadas pelo Governo português e endossadas pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu (BCE)", deixando implícito que a margem de manobra – deste ou de outro Governo – é praticamente nula.

Revelando igualmente alguma impaciência, também o comissário do euro, Olli Rehn, bateu na mesma tecla. "Não gostaria de interferir num debate de política interna em Portugal, mas aprovámos o programa de ajustamento tal ele como nos foi proposto pelo Governo português", disse, insistindo que este foi já "avalizado pela Comissão e pelo BCE, pelo que não vejo nenhuma razão para que possa ser alterado". A ministra espanhola das Finanças mostrou, por seu turno, temer que uma crise política em Portugal seja mais um factor de desestabilização. Aprovar o PEC "contribuirá para a estabilidade das finanças em Portugal e também para a estabilidade do euro", disse Elena Salgado.

Os responsáveis falavam depois de o PSD ter repetido não estar disposto a viabilizar o novo PEC e de ter elencado as vantagens de o país passar a ser governado por uma "grande coligação para a mudança" (ver pág. 4). Fizeram-no em Bruxelas, após um encontro extraordinário entre os ministros das Finanças destinado a aproximar posições sobre o funcionamento prático do fundo de emergência do euro.

FMI "sempre associado"

A este respeito, ficou acertado o essencial sobre como este funcionará a partir de 2013, quando passar a ser um mecanismo permanente. Terá uma base de capital de 700 mil milhões de euros (620 mil milhões em garantias e 80 mil milhões em capital que terá de ser entregue países do euro a partir de 2012) para poder mobilizar até 500 mil milhões de euros. Poderá emprestar aos países com dificuldades em financiar-se cobrando um prémio de 200 pontos base para prazos até três anos e de 300 pontos para maturidades mais longas sobre as taxas de juro pagas para angariar os fundos. O sucessor do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) poderá igualmente comprar dívida pública no mercado primário "em casos excepcionais" e no "quadro de um programa de ajustamento", "sempre em estreita colaboração com o FMI, tanto ao nível técnico quanto financeiro", explicou Juncker. Em contrapartida, quase tudo permanece em aberto sobre como o FEEF actuará até 2013, embora seja plausível que a sua reforma venha a ser feita nos moldes agora acordados para o seu sucessor.

> Há compromissos assumidos por Portugal e não podemos afastar-nos deles. (...) O PEC já foi endossado pela Comissão e pelo BCE.
>
> **JEAN-CLAUDE JUNCKER**
> Presidente do Eurogrupo